



Indenização por serviço   julgada pela Justiça comum

Indenização por remuneração de serviços prestados, que não envolvam relação de trabalho, deve ser processada e julgada pela Justiça Comum. O entendimento   da 2 a Seção do Superior Tribunal de Justiça. Os ministros reconheceram a competência da 3 a Vara Cível do Foro Regional de Penha da Fran sa para processar e julgar ação de indenização por danos morais e materiais ajuizada por Jacinto do Vale contra o Centro Espírito Unidos da F .

O conflito de competência tinha sido suscitado pela 61 a Vara do Trabalho de São Paulo sob a alegação de que inexistia relação de emprego sem remuneração.

Jacinto do Vale ajuizou a ação na 3 a Vara Cível do Foro Regional de Penha de Fran sa (SP) com o objetivo de receber indenização por ter trabalhado como zelador para o Centro Espírito, durante 43 anos, sem receber salário.

A 3 a Vara Cível declinou de sua competência. Os autos foram enviados para a 61 a Vara do Trabalho de São Paulo (SP), onde foi suscitado o conflito. O entendimento foi de que "inexistia relação de emprego sem remuneração, fato este noticiado na inicial. Observe-se que, em nenhum momento, o autor diz na sua peça que é empregado da ré, mas sim que lhe prestou serviços, tão-somente".

O relator, ministro Ari Pargendler, destacou que do pedido e da causa não se pode concluir que havia relação de trabalho entre as partes. "O autor, a título de danos materiais, requereu indenização pelos serviços prestados, valores pagos em contas de água e luz e em reformas na casa; não houve qualquer referência a contrato de trabalho, salário, férias ou 13  salário", concluiu.

CC 57.685

Autores: Redação ConJur